

O RASTRO NOS DOCUMENTOS: UMA APRESENTAÇÃO DO ARMAZÉM MEMÓRIA À LUZ DA CRÔNICA "EL RASTRO EM LOS HUESOS", DE LEILA GUERRIERO

*The trace in the documents: an introduction to Armazém Memória in Light of
Leila Guerriero's Chronicle "El rastro en los huesos"*

Helena Capriglione Zelic¹ 

RESUMO

O artigo apresenta a experiência de trabalho do Armazém Memória a partir de um paralelo com a crônica *"El rastro en los huesos"*, de Leila Guerriero, analisando a atuação de Marcelo Zelic na construção de políticas de memória, verdade, justiça, reparação e não repetição no Brasil. O texto analisa e conecta entrevistas, depoimentos, produções jornalísticas e referenciais teóricos sobre memória e violência de Estado na América Latina. O estudo demonstra como o Armazém Memória desenvolveu um método heterodoxo de investigação baseado na digitalização, indexação e disponibilização pública de arquivos, bem como na articulação com pesquisadores, movimentos sociais, jornalistas, arquivistas e organizações de direitos humanos. Destacam-se, nessa trajetória, a redescoberta do Relatório Figueiredo, a ampliação das investigações da Comissão Nacional da Verdade sobre violações cometidas contra povos indígenas e a consolidação do Centro de Referência Virtual Indígena. O artigo conclui que o trabalho de memória constitui uma prática política e ética de enfrentamento ao memoricídio, capaz de fortalecer processos de reparação histórica e de defesa dos direitos humanos no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Direitos humanos. Ditadura militar. Armazém Memória.

ABSTRACT

The article presents the work experience of *Armazém Memória* through a parallel with Leila Guerriero's chronicle *"El rastro en los huesos"*, analyzing Marcelo Zelic's role in the construction of policies of memory, truth, justice, reparation, and non-repetition in Brazil. The text analyzes and connects interviews, testimonies, journalistic productions, and theoretical references on memory and state violence in Latin America. The study

¹ Helena Capriglione Zelic é mestre em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduada em Letras (Espanhol-Português) pela Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Armazém Memória. E-mail: helena.zelic@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9303574321732386>



demonstrates how *Armazém Memória* developed a heterodox method of investigation based on the digitization, indexing, and public dissemination of archives, as well as collaboration with researchers, social movements, journalists, archivists, and human rights organizations. Among the key moments highlighted in this trajectory are the rediscovery of the Figueiredo Report, the expansion of the Brazilian National Truth Commission's investigations into violations committed against Indigenous peoples, and the consolidation of the Indigenous Virtual Reference Center. The article concludes that memory work constitutes a political and ethical practice of confronting memoricide, capable of strengthening processes of historical reparation and the defense of human rights in the present.

KEYWORDS: Memory. Human rights. Military dictatorship. *Armazém Memória*.

1 INTRODUÇÃO

No es grande. Cuatro por cuatro apenas, y una ventana por la que entra una luz grumosa, celeste. El techo es alto. Las paredes blancas, sin mucho esmero. El cuarto —un departamento antiguo en pleno Once, un barrio popular y comercial de la ciudad de Buenos Aires— es discreto: nadie llega aquí por equivocación. El piso de madera está cubierto por diarios y, sobre los diarios, hay un suéter a rayas —roto—, un zapato retorcido como una lengua negra —rígida—, algunas medias. Todo lo demás son huesos (Guerriero, 2008, n. p.).

Assim começa a crônica “*El rastro en los huesos*”, de Leila Guerriero, publicada originalmente na edição 88 da revista latino-americana *Gatopardo*, em 2008, e vencedora do prêmio mexicano *Nuevo Periodismo* de 2009. Não são poucos, porém também não são muitos os lugares no mundo que se parecem com esse cômodo 4x4 onde trabalham os integrantes da Equipe Argentina de Antropologia Forense. A leitura de “*El rastro en los huesos*” pode alavancar a formulação de um paralelo entre essa iniciativa argentina e outra, brasileira, de investigação histórico-política sobre o direito à memória histórica das violações de direitos humanos durante o regime militar.

Se escrevêssemos a crônica “O rastro nos documentos”, poderíamos começar assim:

Não é grande. Dois por três apenas, e uma janela por onde entra uma luz amarelada por samambaias. O teto é baixo. As paredes de madeira, recém-pintadas de vermelho. O barracão — uma edícula nos fundos da casa — é discreto: ninguém chega sem ser convidado. O piso de cerâmica vermelha está coberto de estantes cheias de livros, e sobre as mesas de



trabalho há computadores, HDs, cartazes, documentos e muitas anotações rabiscadas. Tudo o mais é arquivo².

Nesse barracão opera o Armazém Memória, organização criada e coordenada por Marcelo Zelic, meu pai. A tarefa central do Armazém Memória é digitalizar e indexar documentos da história do Brasil, permitindo seu amplo acesso. Por meio desse acesso, busca incentivar pesquisas investigativas que visam tanto dar a conhecer a memória das lutas dos povos quanto pressionar por reparações por graves violações de direitos humanos. Ainda que muito distante — em equipe, localização e procedimento científico —, essa tarefa não parece **tão** distante daquela proposta pela Equipe Argentina de Antropologia Forense: localizar os restos mortais de desaparecidos da ditadura militar argentina, para cessar a dúvida de seus familiares e da sociedade argentina e, a partir dessas descobertas, fortalecer os movimentos civis que lutam por reparação e não-repetição.

Na crônica de Guerriero, há uma citação da declaração do coordenador Clyde Snow, feita após uma exumação, que define bem o objetivo político do trabalho: *“Lo que estamos haciendo [...] va a impedir a futuros revisionistas negar lo que realmente pasó. Cada vez que recuperamos un esqueleto de una persona joven con un orificio de bala en la nuca, se hace más difícil venir con argumentos”* (Guerriero, 2008, n. p.). Tirar um documento do esquecimento e trazê-lo à tona é, de certa forma, um movimento semelhante à exumação. Exumar um documento foi o que fez Marcelo Zelic ao encontrar o Relatório Figueiredo.

Partindo desse paralelo entre experiências, este artigo busca caracterizar os processos de ação e de elaboração desenvolvidos pelo Armazém Memória ao longo de sua trajetória. A iniciativa coloca em prática um método de investigação documental que articula digitalização, indexação, disponibilização pública de arquivos, produção de dossiês, coleta de testemunhos e articulação política em torno das disputas por memória, verdade, justiça, reparação e não repetição no Brasil. Nesse processo, o documento deixa de ser apenas objeto de preservação para tornar-se instrumento ativo de enfrentamento ao memoricídio, operando uma metafórica exumação histórica voltada à revelação de violências ocultadas e ao fortalecimento das lutas populares e indígenas por reconhecimento, reparação e defesa de direitos no tempo presente.

² Trata-se de um trecho ficcional, elaborado exclusivamente para fins ilustrativos neste material. Por não se tratar de obra previamente publicada, dispensa a formatação de citação e de referência nos moldes da ABNT.



Não se pretende realizar uma análise literária da crônica de Leila Guerriero, por mais que sua elaboração narrativa e densidade formal certamente a mereçam. Interessa, aqui, observar como um relato particularmente atento de uma experiência concreta pode produzir leituras capazes de retirar certas práticas de memória de seu aparente isolamento, sem apagar aquilo que as torna específicas. Os paralelos aqui propostos não buscam equiparar, duplicar ou homogeneizar experiências profundamente distintas entre si, criadas por contextos históricos, procedimentos e escalas diferentes. Servem, sobretudo, para construir pontos de diálogo sobre práticas, sensibilidades e valores éticos de trabalhos que lidam, no mesmo continente, com as fissuras da memória histórica e com os vestígios persistentes da violência de Estado.

2 A CRIAÇÃO DO ARMAZÉM MEMÓRIA: PASSADO, PRESENTE, FUTURO

No início dos anos 2000, uma campanha continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) mobilizava uma intensa agenda de manifestações no Brasil e em outros países latino-americanos. A efervescência política se deu devido a uma estratégia de aliança entre movimentos populares e governos progressistas, em uma campanha que conectou atuações locais, nacionais e regionais, com uma profusão de atividades, debates, marchas e documentos (Remte, 2015; Zelic, 2021). Uma nova etapa da organização popular surgia, então, junto com o início do milênio, buscando atualizar métodos para lidar com as novas roupagens da exploração e da violência capitalista, por meio da "[...] auto-organização, da radicalização democrática e da reflexividade" (Di Giovanni, 2015, p. 34).

Em 2001, nesse contexto de profunda conexão entre reflexão e ação e de uma especial criatividade política, o ativista Marcelo Zelic decidiu criar o Armazém Memória. Em uma entrevista cedida em 2017, ele conta o que o levou a essa criação, após anos de atuação política voltada para os direitos humanos em nível territorial e comunitário:

Em 2001 eu voltei, quando deu o quebra pau com a ALCA. Aí eu me dei conta de que faltava pensar a questão da memória. Foi aí que comecei a pensar na construção do Armazém da Memória. No começo eu liguei para a Clara Charf (...) dizendo que queria entrevistá-la. Estava todo animado, e ela, que me ajudou muito nesse começo, falou: "eu acabei de dar entrevista a outro jornalista... Pega com ele". (...) Foi aí que surgiu o conceito do Armazém.



A ideia não era refazer o trabalho todo, mas trazer e concentrar todas as informações que estavam dispersas. Fazia bem mais sentido isso do que ir lá e gravar de novo as mesmas perguntas que outro já tinham feito. Foi aí, nesse primeiro momento, que entrei nesse projeto de construção do Armazém da Memória (Lima; Azola, 2017, p. 347-348).

A partir dessa proposta que buscava aglutinar os acúmulos dos movimentos sociais e de lutadores e lutadoras populares, Marcelo buscou o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo (GTNM-SP), associação surgida clandestinamente em 1976 que, no início dos anos 2000, desempenhava um papel relevante nas disputas sobre memória, verdade e justiça em relação aos crimes da ditadura militar brasileira. Marcelo passou a se articular com entidades de direitos humanos que realizavam debates sobre políticas de memória e a conversar com militantes mais velhos que haviam passado por prisões, torturas e perseguições políticas durante a ditadura militar, assim como com familiares de pessoas desaparecidas e assassinadas. Marcelo Zelic atuava como agente de conexões na defesa dos direitos humanos, e o Armazém Memória é o resultado da realização desse projeto de conexões. Para isso, buscava parcerias nesse campo de luta e propunha, incentivava, insistia para que apoiassem seu projeto de "resgate coletivo da história".

Nesse movimento, participou por anos do GTNM-SP, onde chegou a ser vice-presidente, e depois da Comissão Justiça e Paz de São Paulo — organização criada em 1967 por Dom Paulo Evaristo Arns —, na qual atuou, com total apoio, até seu falecimento, em 2023. Integrar essas organizações era fundamental para a formação desse militante mais novo da memória e dos direitos humanos, e dava ao pesquisador credenciais necessárias para circular em espaços de articulação desse campo, exercendo um papel de pressão política que, em sua concepção, fazia parte das atribuições de sua pesquisa. Um conjunto de relatos formativos e informativos de militantes históricos formam um tecido de relações pautadas pela solidariedade, pelo testemunho e pelo compromisso mútuo de tornar visível uma perspectiva histórica para, então, pressionar por processos de justiça e reparação.

Ao mesmo tempo em que procurava coletar histórias de outro período e dialogar com militantes de gerações anteriores, com ouvidos atentos e pacientes, a atualidade do método de organização digital e a conexão com as novas jornadas de luta travadas naquele período faziam Zelic articular passado e presente, uma perspectiva que foi fundamental para toda a sua atuação que se seguiria. Também foi responsável por articular relações entre a militância mais antiga e gerações



mais novas que a sua, como filhos e netos de desaparecidos políticos e ativistas de novos movimentos, preocupados com a violência de Estado perpetrada contemporaneamente, no período democrático.

No livro *Modos de fazer*, que relata a renovação da Casa do Povo, espaço comunitário e de organização política em São Paulo, ocorrida a partir de 2013, o diretor Benjamin Seroussi compartilha como essa atitude de conexão entre lutas intergeracionais foi uma influência marcante para sua própria atuação na direção da Casa:

O espaço do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), cedido em 1987 por dom Paulo Evaristo Arns, apontava um caminho possível: sob a liderança de Marcelo Zelic, o GTNM passou a acolher diversas entidades de direitos humanos, dentre as quais um grupo surgido alguns anos antes no Fórum Social de Porto Alegre e formado por jovens que defendiam o transporte público como direito. O MPL-SP funcionou ali como um elo entre gerações, um hífen histórico entre as lutas partidárias e sindicais contra a ditadura (representadas pelo GTNM) e as lutas autônomas contemporâneas. Em um país pautado por políticas de apagamento, esse elo fazia falta (Seroussi, 2025, p. 7-8).

A importância da relação intergeracional também se verifica na experiência da Equipe Argentina de Antropologia Forense, segundo a crônica de Leila Guerriero, que registra depoimentos de pessoas participantes da iniciativa, inclusive seu fundador:

"—La relación con los familiares de los desaparecidos la tuvimos desde el principio —dirá Luis Fondebrider—. Teníamos la edad que tenían sus hijos en el momento de desaparecer y nos tenían un cariño muy especial. Y estaba el hecho de que nosotros tocábamos a sus muertos. Tocar los muertos crea una relación especial con la gente" (Guerriero, 2008, n. p.).

Nascido no mesmo ano que Marcelo Zelic, o antropólogo sugere um tipo especial de confiança, que se aproximaria de uma relação filial e que só é possível no encontro entre aquelas pessoas que sofreram e as que cresceram tomando conhecimento desses sofrimentos. A identificação com a juventude dos desaparecidos políticos é mais um elemento no conjunto de motivações que impulsionam trabalhos obstinados para revelar aspectos do passado no tempo presente.

Os primeiros acervos de documentos digitais do Armazém Memória foram articulados com organizações de memória e de direitos humanos, bem como com movimentos sociais. São os



centros de referência "Luta pela terra" e "Movimento sindical", organizados, respectivamente, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em relação ao Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Um momento chave para a construção do acervo foi o projeto "Brasil Nunca Mais Digit@l", que permitiu a ampla digitalização e disponibilização de mais de 800 mil páginas de documentos sobre a ditadura militar, a partir da íntegra do projeto realizado entre 1979 e 1985 por uma equipe encabeçada por Paulo Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright — maior iniciativa da sociedade civil em torno do direito à memória, verdade e justiça até então. A aposta pela digitalização desse volume de documentos, além de criar uma etapa para o projeto inicial do "Brasil Nunca Mais", também abria possibilidades à concepção de acervos digitais (Castro, 2020).

3 UM TRABALHO SENSÍVEL AO HORROR

As articulações realizadas a partir do Armazém Memória, ao longo de mais de duas décadas, são numerosas e pautadas por uma ética militante. Participar do desvelamento de um passado traumático e buscar impedir a continuidade da violência autoritária no presente são processos que alteram os modos de vida e de trabalho das pessoas envolvidas. Essa ética forja um compromisso político sensível, que opta por lidar diariamente com histórias de violação em vez de se recusar a participar dessa disputa. Mais uma vez, essa experiência de memória brasileira se aproxima da experiência argentina relatada por Guerriero:

La gente se horroriza. Vos le decís que viajás a ver fosas comunes y morgues y cementerios, y a la gente le parece horroroso. Pero a mí me resultaría difícil sentarme en un kiosco de dos metros cuadrados y esperar que me vengan a comprar caramelos (Guerriero, 2008, n. p.).

Essa inversão de perspectiva em relação ao espanto é uma chave necessária para a continuidade da realização de trabalhos que remexem traumas coletivos. Segundo essa inversão, seria espantoso aceitar o memoricídio praticado pelo Estado e naturalizado pela cultura social hegemônica; seria espantoso acostumar-se à camada superficial de normalidade que encobre o



ocultamento histórico. Isso coloca os trabalhadores da memória em posição de incômodo permanente, buscando diariamente “escovar a história a contrapelo”.

Isso significa, conforme propôs Walter Benjamin em suas teses *Sobre o conceito de história*, que ao materialista histórico compete contemplar os bens culturais encarando suas origens com horror, uma vez que “[...] não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie” (Benjamin, 2020, p. 55). “E assim como a cultura não está livre da barbárie, assim também ocorre com o processo de sua transmissão, na qual ela é passada adiante” (Benjamin, 2020, p. 55), segue o filósofo, indicando que essa tarefa se renova a cada geração diante das mazelas do passado impregnadas em cada tempo presente. Assim, exige-se que, “[...] em cada época, deve-se tentar novamente liberar a tradição de um novo conformismo, que está prestes a subjugar-la” (Benjamin, 2020, p. 86).

Continuando o pensamento benjaminiano e transportando suas teses às mazelas históricas do Cone Sul, podemos encarar a ação de “tentar novamente” como uma reação a uma dinâmica histórico-social de repetição de violências. Nesse sentido, vale a pena colocar Benjamin para conversar com pensadores críticos latino-americanos. Ao observar a situação de seu próprio país sob a ótica de uma nova história social ancorada na perspectiva popular, o historiador chileno Gabriel Salazar (2012) afirma que a repetição de uma história de injustiças está diretamente atrelada à ausência de soberania popular. Segundo ele, essa dinâmica é estrutural e gera um círculo vicioso que, para ser rompido, exige a punição de seus fantasmas do passado.

As maneiras como as disputas em torno da memória foram travadas em outras partes do continente muito interessaram a Zelic em seus estudos, tanto porque a experiência adquirida em cada processo político informa sobre limitações e potencialidades, quanto porque suas coincidências históricas dão a ver raízes mais antigas, coloniais, de subjugação dos povos americanos (Kaingáng; Pankararu, 2023) sob o devastador argumento do progresso. Esse mesmo progresso é descrito por Benjamin (2020) como uma norma histórica e como uma tempestade. Nesse regime metafórico, a tempestade empurra o Anjo da História, em um gesto violento de formação amnésica do futuro, e faz crescer uma pilha de escombros, acumulada por uma série de eventos que compõem uma catástrofe única.

Diante disso, os estudos sobre a teoria da justiça de transição também foram fundamentais para a construção do Armazém Memória, cujo conjunto de ações tem como base os princípios da memória, verdade, justiça, reparação e não repetição. Uma inconformidade permanente, com raízes antissistêmicas, ou seja, que tece críticas não apenas aos métodos pontuais, mas também à lógica estruturante da violência, foi necessária para criar e continuar o trabalho de formação de acervo, de pesquisa e de uso político de documentos no Armazém Memória. Em "O último sonho de Marcelo Zelic", o jornalista Rubens Valente (2023) o define como "[...] um pesquisador sobretudo permanentemente indignado com os horrores da ditadura. Indignação que ele fazia questão de nunca esconder" (Valente, 2023, n. p.).

Não era raro encontrar Marcelo chorando durante suas investigações no acervo, ao defrontar-se com situações de extrema violência e injustiça descritas nos documentos. Não se acostumar com a violência, apesar de muito se aproximar dela, foi uma característica fundamental para a continuidade de um trabalho que, como descreveu outro jornalista, Alceu Castilho (2023, n. p.),

[...] significa a construção de delicadezas em meio aos escombros, o resgate da dignidade de cada uma dessas vítimas em meio ao mergulho no subsolo, nas cloacas políticas e econômicas. Todos temos muito o que agradecer a ele: todos nós, a sociedade brasileira, pelo menos esta que almeja manter algumas ilhotas de civilização em meio à barbárie, essa senhora violenta e desmemoriada.

4 UMA PRÁTICA POPULAR

Yo nunca había estado en un enterratorio, pero con Clyde lo difícil pareció ser un poco más fácil. Él se tiraba con nosotros en la fosa, se ensuciaba con nosotros, fumaba, comía dentro de la fosa. Fue un buen maestro en momentos difíciles, porque una cosa es levantar huesos de guanaco o de lobos marinos y otra el cráneo de una persona. Cuando empezaron a aparecer los restos, la ropa se me enganchaba en el pincel, y yo preguntaba "¿Qué hago con la ropa?". Y Clyde me miraba y me decía "Seguí, seguí" (Guerriero, 2008, n. p.).

O trecho acima da crônica de Guerriero descreve pelo menos dois aspectos relevantes da postura de trabalho de integrantes da Equipe Argentina de Antropologia Forense: algum grau de informalidade e a pedagogia. Ambos se mostraram fundamentais, também na experiência do Armazém Memória, para sua articulação em rede e para a atuação política que retroalimenta a



investigação dos arquivos. Tanto a postura informal quanto a pedagógica podem ser formas de aproximação e vinculação, de forjar relações de confiança e companheirismo, necessárias ao trabalho de memória, mesmo quando realizado em equipes pequenas ou de modo solitário.

É ilustrativo dessa postura um depoimento do jornalista Felipe Canêdo, importante aliado de Zelic desde o momento em que noticiou, em abril de 2013, a redescoberta do Relatório Figueiredo — que será abordada em detalhes mais à frente. Seu breve texto se aproxima do gênero da crônica e, por conseguinte, do registro de subjetividade política com que Guerriero escreve sobre a experiência argentina. Em ambos os textos, uma metodologia ética de pesquisa é caracterizada a partir de anedotas da concretude cotidiana de cada um dos trabalhos. Para Canêdo, esse trabalho se direciona a partir da fraternidade e de uma política dos afetos:

Fui à casa dele em São Paulo buscar os arquivos digitalizados do documento e ele me levou a um quatinho cheio de livros e fitas VHS. Tirou uma caixinha de música de um canto e girou a manivela. A Internacional Comunista. “Primeiro as primeiras coisas”. Disse e riu demoradamente. (...) No ano passado ele veio a BH para participar de uma audiência pública do MPF. Recusou hotel e ficou num quatinho na minha casa. Isso era no segundo turno da eleição. Na sexta antes da votação, estávamos tomando café quando um camarada do Censo bateu lá em casa. Zelic tinha uma reunião com um procurador do MPF (agora não tem problema contar, né?), mas ficou batendo papo com o recenseador sobre política. Convencemos o rapaz a votar e demos umas boas risadas. Zelic partiu para a reunião com mais de uma hora de atraso. Zelic era esse cara. Interessado na política dos afetos, do mundo real, não na dos gabinetes (Armazém Memória, 2023, p. 23).

Pessoas mais novas que trabalharam com Zelic em projetos que envolviam equipes fixas — a exemplo do projeto “Brasil Nunca Mais Digit@l”, em parceria com o Ministério Público Federal, ou do projeto Justiça de Transição para os Povos Indígenas, o último em que trabalharia, com apoio da Embaixada da Noruega — o descreveriam como um professor. Isso porque fazia parte de sua prática de trabalho coletivizar ramos de investigação de maior escala, promover oficinas abertas, entre outras formas de compartilhamento de conhecimento sobre o método de pesquisa desenvolvido para o acervo indexado do Armazém Memória na plataforma DocPro. Ao mesmo tempo, incentivava a autonomia de pesquisa, com a formação de grupos autônomos e a abertura a fóruns de reflexão compartilhada e interdisciplinar a partir dos trabalhos desenvolvidos.

A prática do Armazém Memória elaborou, portanto, um método próprio de investigação que concebe a memória como ferramenta para a transformação da sociedade e para o impulsionamento



de mecanismos de não repetição (Zelic, 2022). Esse método foi elaborado pela artesanaria da prática, por vezes limitada ou improvisada, mas sempre respondendo a uma conjuntura política de aproximações e afastamentos, de aberturas e de bloqueios. A aposta na articulação em rede, envolvendo pesquisadores, militantes, promotores e jornalistas, favoreceu um movimento original de retroalimentação da pesquisa, no qual a articulação e o levantamento de acervos levam ao estudo dos documentos e este, por sua vez, leva a novas articulações. Assim, iniciativas localizadas foram se encontrando, se conectando ou recompondo antigas conexões para alargar ações em busca da memória, da verdade e da justiça, da reparação e da não repetição.

Novamente, um trecho de *“El rastro en los huesos”* se aproxima dessa concepção ético-política do trabalho, ao contar como a experiência da equipe forjou a antropologia forense como disciplina, ou seja, como área de conhecimento na Argentina; e como, em seguida, a equipe passou a compartilhar os conhecimentos construídos coletivamente. Trata-se, portanto, de duas propostas que apostam na abertura como meio — o conhecimento compartilhado — para chegar ao fim — a descoberta de documentos/corpos.

Cuando el equipo se formó, la antropología forense no existía como disciplina en el país. Ellos aprendieron en los cementerios, desenterrando personas de su edad —vomitando al descubrir que tenían sus mismas zapatillas—, leyendo el rastro verde de la pólvora en la cara interna de los cráneos. Y después, todavía, se enseñaron entre ellos. Ahora son generosos: aquí comparten el conocimiento. Esparcen lo que les sembraron (Guerriero, 2008, n. p.).

De cabelos compridos, roupas gastas, sandálias de couro ou botinas, sem diploma universitário, o trânsito de Marcelo Zelic por lugares gerava identificação ou estranheza, a depender do lugar. A recusa a uma pose engravatada lhe traria dificuldades para adentrar espaços mais institucionalizados, mas daria aderência à sua aproximação a espaços de organização popular, comunitária e política, que seriam a base para sua atuação articulante. Sua postura ética como investigador militante fortaleceria sua relação com aliados específicos, porém fundamentais, na imprensa, em universidades, em instituições de promoção da justiça e em arquivos.

Nesse sentido, sua prática de trabalho era "impopular" em ambientes onde, estrategicamente, buscava gerar ruído político — escovando a contrapelo —; e "popular", na medida em que valorizava os acúmulos de conhecimento e os esforços documentais dos povos e



das organizações populares brasileiras. Por isso, o acervo do Armazém Memória se desenvolveu mirando um hibridismo entre documentos de Estado — que, pelas disputas políticas a ele inerentes, se autodenunciavam — e documentos produzidos e/ou guardados pela própria militância de diversos setores da luta social brasileira. O hibridismo também é de mídia, uma vez que o Armazém Memória abriga tanto documentos digitais textuais quanto audiovisuais. A palavra "popular" participa dessa formulação, em projetos como a digitalização da Videoteca Popular da Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP)³ e a Cinemateca Popular Brasileira⁴.

Com o Armazém Memória, Marcelo Zelic forjou um método de pesquisa heterodoxo que mescla levantamento, digitalização e disponibilização de documentos; estudo e elaboração de dossiês para denúncia política e judicial; gravação de testemunhos; e articulação política para alavancar processos de reparação. O fez com dificuldades de sustentabilidade, enfrentando conflitos de acesso e legitimidade, assim como limitações estruturais. Ainda assim, nessa profusão obstinada de frentes de trabalho, foi um dos responsáveis por tensionar um dos mais importantes espaços de formulação brasileira sobre a memória: a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

5 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, MOMENTO DE INFLEXÃO

Em 31 de outubro de 2010, a ex-guerrilheira Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil. Seu mandato, iniciado em janeiro de 2011, trazia às organizações de direitos humanos a esperança de reposicionar a disputa de memória em relação aos crimes cometidos durante a ditadura militar, que não haviam sido suficientemente levantados pelo Estado brasileiro — até então pautado por fases de apagamento e de conciliação —, tampouco encaminhados a mecanismos de justiça e reparação.

³ Um vídeo disponível no canal do DHnet no *YouTube* mostra o primeiro encontro de Marcelo Zelic com a videoteca no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, acompanhado por seu parceiro potiguar, Roberto Monte: <https://www.youtube.com/watch?v=5NDU1pLcyrk>. Acesso em: 2 maio 2026. Por sua vez, o acervo digital da ABVP encontra-se em: <https://www.youtube.com/channel/UCFhhuZbVPzG1wutkDnALug>. Acesso em: 2 maio 2026.

⁴ Atualmente indisponível, a Cinemateca Popular Brasileira foi um eixo de trabalho do Armazém Memória que buscava armazenar e disponibilizar filmes do cinema brasileiro em um período em que a Cinemateca Brasileira estava fechada e em situação de maior precariedade institucional devido ao abandono dos governos de extrema-direita de Michel Temer e Jair Bolsonaro.



O que ocorria até então fazia com que resquícios da ideologia e dos traumas da ditadura se mantivessem presentes na atmosfera social das violências da democracia e no que Salazar (2012) chama de amnésia oficial. Segundo ele, "[...] *para la buena salud del nuevo 'sistema', se hace necesario recordar lo conveniente y olvidar lo inconveniente. La memoria oficial necesita imponerse, y se impone por doquier, como una aureola dictatorial tardía*" (Salazar, 2012, p. 27). Outra crítica chilena, Nelly Richard, também se debruçaria sobre as disputas em torno da memória na América Latina, observando como a ausência de uma observação detida e complexificada das imagens da ditadura leva a uma memória inconclusa e disforme. Para ela, "[...] *la figura de la memoria ha sido la más fuertemente dramatizada por la tensión irresuelta entre recuerdo y olvido —entre latencia y muerte, revelación y ocultamiento, prueba y denegación, sustracción y restitución*" (Richard, 1994, p. 13).

Em seu país, a democratização enfrentou uma encruzilhada retorcida entre "[...] *olvidar (sepultar el pasado de los cuerpos sin sepultura: recubrir) y recordar (exhumar lo que tapa —vela— ese pasado: descubrir*" (Richard, 1994, p. 32). A exumação literal, realizada por diversas iniciativas do Cone Sul, torna-se aqui uma metáfora de uma recordação coletiva e ativa que conecta passado e presente. Nesse sentido, Richard avaliava que "[...] *queda por imaginar el trabajo de una memoria que no sea la memoria pasiva del recuerdo cosificado, sino una memoria-sujeto capaz de formular enlaces constructivos y productivos entre pasado y presente para hacer estallar el 'tiempo-ahora'*" (Richard, 1994, p. 32).

No Brasil, essa retomada mais profunda das políticas de memória da ditadura tardou 26 anos após o fim do período ditatorial. Em 18 de novembro de 2011, Dilma Rousseff sancionou o Projeto de Lei nº 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2011). Isso atualizou as discussões políticas do campo da memória e dos direitos humanos, que passaram a buscar participar desse processo político. Para visibilizar os crimes da ditadura à ampla sociedade e pressionar por uma política que não apenas levantasse os casos, mas também implicasse o Estado em processos de justiça e reparação, renovaram-se as estratégias de ação política. Um exemplo marcante do período foi uma série de escrachos populares contra torturadores da ditadura, organizados a partir do início de 2012, com a novidade de uma maior articulação entre gerações mais jovens e mais velhas. Novamente, voltamos ao caso argentino: o método se inspira na experiência do movimento



H.I.J.O.S. (sigla para *Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio*), que, a partir de 1995, passa a articular denúncias públicas de torturadores indultados. O processo político argentino, ainda que até hoje inacabado, foi mais acelerado e contou com forte articulação entre atores sociais, o que o levou a mais de duzentas condenações e setecentos processos judiciais (Teles, 2012).

"As movimentações para a criação da Comissão da Verdade colocaram em evidência uma das maiores chagas de nossa democracia: a impunidade. Temos uma boa chance de mudar o cenário cotidiano de nosso Estado de Direito", examinava, à época, o professor Edson Teles (2012), filho dos presos políticos Amelinha Teles e César Augusto Teles, torturados pelo major Carlos Brilhante Ustra, um dos denunciados na série de escrachos.

O ensinamento democrático dos movimentos de escracho é que o que devemos temer é a ausência de Justiça e a falta de coragem de agir em defesa de uma democracia não tutelada por "forças invisíveis", sempre prontas a reagir quando os movimentos sociais se mobilizam. Isto nos mostra que a ação política não se decide somente em Brasília ou nas decisões partidárias, mas tem um forte elemento na organização dos movimentos sociais (Teles, 2012, n. p.).

O articulador político Marcelo Zelic participou de diversas iniciativas de mobilização popular e de pressão pública nesse período, como os escrachos, a manifestação Cordão da Mentira, bem como de diversos debates e atos políticos. Em um vídeo de 2011, intitulado "Ustra no Banco dos réus 2", discursa de forma inflamada em um microfone, demandando "[...] que a gente possa desobstruir a justiça e processá-lo pelos crimes de lesa-humanidade que ele praticou nesse passado histórico. Que se faça justiça a todos os que morreram em sua mão e que esse assassino torturador seja condenado". Ele então puxa uma palavra de ordem que se repete em múltiplas vozes: "[...] cadeia para Ustra, justiça para Merlino"⁵.

Eram, portanto, muitas as camadas da disputa sobre os caminhos necessários para que aquele processo político gerasse transformações sociais significativas. Elas se aprofundaram quando, já instalada a Comissão, setores buscaram ampliar a concepção de vítimas da ditadura

⁵ A palavra de ordem faz referência a Luiz Eduardo Merlino, militante político torturado e assassinado pelo regime militar em 1971. O vídeo está disponível em: www.youtube.com/watch?v=NrhFTUuNNmM. Acesso em: 2 maio 2026.



militar, averiguando graves violações de direitos humanos perpetradas contra sujeitos não urbanos e, muitas vezes, não organizados segundo o modelo de partidos, movimentos e grupos políticos. Isso demandava, por um lado, um alargamento do trabalho da Comissão, o que exigia dar mais espaço para a pesquisa dos grupos de trabalho voluntários voltados a essa questão; e, por outro, uma difícil mudança de paradigma que deslocava a figura preponderante das pessoas perseguidas pela ditadura.

Um dos atores dessa disputa interna pelo alargamento da memória da ditadura, por exemplo, foi o militante Gilney Viana, que afirma ter sido insuficiente o trabalho da CNV para o levantamento de crimes cometidos contra pessoas camponesas, o qual considera subdimensionado (Valente, 2024). Outro ator foi Marcelo Zelic, impulsionador de um grupo de pesquisadores e militantes que buscavam coletar informações sobre os crimes cometidos contra povos indígenas e integrá-los ao relatório final da CNV. A separação dos dados organizados por esses dois grupos em outro tomo do relatório exemplifica a dificuldade política encontrada, à época, para integrar esses crimes ao processo de visibilização daqueles cometidos contra militantes políticos urbanos. Esses agrupamentos internos e voluntários dentro do processo político da Comissão Nacional da Verdade agiriam segundo uma ética radical de exercício da defesa dos direitos humanos — a qual vemos, também, no trabalho de investigação sobre desaparecidos políticos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, em uma das citações diretas pinçadas pela escritora Leila Guerriero em seu trabalho narrativo de metainvestigação:

Ocultos, discretos, cada tanto la identificación de alguien —en 1989 la de Marcelo Gelman, el hijo de Juan Gelman, el poeta argentino radicado en México; en 1997 la del Che Guevara, en Bolivia; en 2005 la de Azucena Villaflor, la fundadora de Madres de Plaza de Mayo, desaparecida en 1977— los empuja a la primera plana de los diarios.

—Pero para nosotros —dice Luis Fondebrider— todos son personas. El Che o Juan Pérez (Guerriero, 2008, n. p.).

O disparador da preocupação de Zelic com a questão indígena foi o recebimento de um *e-mail* que questionava uma seletividade baseada em marcas raciais. O *e-mail* vinha do *tuxaua* Kaxalpynia Runayke Yagua, em nome do *blog Resistência Indígena Continental* (Pacheco, 2018).



Iniciou-se um processo de diálogo, testemunho e investigação compartilhada. Zelic relata em entrevista:

De repente teve um grupo indígena que escreveu um e-mail pra gente, curto e grosso, no qual constava: “Por que vocês só veem mortos e desaparecidos e não os índios?”. Foi esse o e-mail. (...) Era um índio Marubo, do Amazonas. Eu fiz um vídeo com ele em que o mesmo fala à Comissão da importância de trazer a questão indígena para as investigações. Voltando à história do e-mail: ao questionamento, eu respondi para eles: “Do que vocês estão falando?”. Eu nunca tinha me envolvido com a questão indígena, e após eu ter respondido isso, eles replicaram mandando a história dos Waimiri-Atroari (Lima; Azola, 2017, p. 349).

Em seguida, Zelic passou a fazer pesquisas em arquivos públicos, a compartilhar seus resultados e reflexões com companheiros da Comissão Justiça e Paz que integrariam a CNV, e a se articular com lideranças de povos indígenas e organizações defensoras que já desenvolviam um trabalho de denúncias sobre violações ocorridas durante a ditadura, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e o Instituto Socioambiental (ISA), entre outros. "Foram caminhos que foram se fortalecendo em relação à temática indígena" (Lima; Azola, 2017, p. 350), diz Zelic, explicitando seu papel na aproximação entre esses campos políticos. Nesse trabalho de conexões entre atores políticos, reivindicações e denúncias, as buscas por documentos constituíam um elo importante. Para isso, articulava também a importância política dessa coleta de documentos com os próprios arquivistas, sujeitos fundamentais para o trabalho de redescoberta de documentos que logo se iniciaria:

Eu tinha visitado o Museu do Índio e queria ver o que eles tinham. Até porque, na minha visão, você entra em um arquivo e simplesmente não vai direto ao fichário, você entra lá e conversa com as pessoas, com quem trabalha lá. A fonte viva do arquivo são os arquivistas e não o arquivo propriamente dito. É difícil chegar lá sem demonstrar a importância política daquilo que a gente estava investigando para os arquivistas. Eu fui lá dois, três dias e conversei com praticamente todo mundo que trabalhava lá, apresentando para eles a importância política daquela pesquisa para os indígenas, que aquilo poderia trazer consequências para os indígenas nos processos de justiça de transição. E toda esta conversa foi bem recebida pelos funcionários do Museu (Lima; Azola, 2017, p. 351).

Assim, no contato direto com os arquivistas do Museu do Índio, Marcelo teve contato com um vídeo que estava nomeado como "Arara", e que exibia uma cena de tortura pública de um homem indígena em Minas Gerais, perpetrada pela Guarda Rural Indígena (GRIN), órgão de repressão organizado pelo regime militar, em consonância com o Reformatório Krenak, campo de



concentração de indígenas situado em Resplendor (MG). O documento audiovisual gravado pelo documentarista Jesco von Puttkamer veio à tona, portanto, pelo encontro entre arquivista e coletor de memória, assim como pelo contexto político da CNV que fortalecia uma atmosfera de relevância da memória. Como avalia Miguel Antunes Ramos (2021, p. 11), diretor do documentário *A Flecha e A Farda* (2020),

Estas imagens, silenciosas, sem explicações evidentes do que afinal continham; essas imagens só puderam começar a alcançar uma legibilidade quando o Estado Brasileiro começou a organizar uma tardia, tímida e frágil política de memória – a instauração, em 2010, da Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Ramos (2021, p. 13), "o esforço de Zelic foi o de dirigir perguntas aos arquivos" — o que indica que o procedimento de pesquisa também foi responsável pela localização do documento. O vídeo "Arara" foi um dos materiais que alteraram a correlação de forças na disputa pela integração da memória indígena aos trabalhos da CNV, levando o debate à esfera pública e favorecendo novas articulações. Em 11 de novembro de 2012, uma reportagem de Laura Capriglione intitulada "Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena", publicada no caderno Ilustríssima da *Folha de S. Paulo*, apresentava informações inéditas sobre o vídeo e exibia análises e reflexões de pesquisadores de diversas áreas.

O que nenhum órgão de imprensa mostrou – eram tempos de censura – foi o "gran finale". Os soldados da Guarda Indígena marcharam diante das autoridades – e de uma multidão que incluía crianças – carregando um homem pendurado em um pau de arara.

Gravadas há 42 anos, as cenas vêm a público pelas mãos do pesquisador Marcelo Zelic, 49, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Zelic coordena uma pesquisa colaborativa feita pela internet intitulada "Povos Indígenas e Ditadura Militar: Subsídios à Comissão Nacional da Verdade" (Capriglione, 2012, n. p.).

No mesmo mês de novembro, o grupo sobre a questão indígena foi oficializado para apoiar com subsídios à CNV. Ainda assim, na ocasião, Zelic chamou a atenção, em entrevista, para a exclusão da questão indígena dos debates sobre memória e justiça de transição:



Apesar disso, curiosamente "a narrativa sobre os crimes da ditadura em relação aos direitos humanos quase nunca inclui a questão indígena", observa Marcelo Zelic. Ele arrisca uma hipótese: "No fundo, isso mostra como, mesmo nos círculos democráticos mais combativos, as populações indígenas ainda não são vistas como portadoras de direitos". [...] E conclui: "Só assim, com a verdade, a sociedade não índia entenderá a necessidade de respeitarmos as terras e os direitos dos povos indígenas" (Capriglione, 2012, n. p.).

Esse embate se manteria no período subsequente, na busca por fortalecer as aproximações entre campos políticos que antes mantinham menos contato. "Grupos reificados pela escravidão, por preconceitos e por violência institucional, muitas vezes, não tiveram a devida oportunidade de apresentar seus pontos de vista sobre as transformações históricas", afirma o crítico literário Jaime Ginzburg (2010, p. 116), ao observar as relações entre cultura e violência no Brasil. Nesse sentido, os integrantes de grupos de trabalho e pesquisa da sociedade civil vinculados à CNV procuraram ampliar as perspectivas presentes nos resultados da Comissão, em um trabalho que unia levantamento e análise documental, bem como resgate e compilação de testemunhos orais. "Tratados como objetos do conhecimento oficial, muitas vezes foram reduzidos a resíduos de si mesmos, tendo suas vivências ocultadas ou esquecidas, pelas narrativas contada em linguagem autoritária por governos repressores e instituições disciplinares hostis", conclui Ginzburg (2010, p. 116). A tarefa, naquele momento, consistia em impedir que a Comissão se tornasse mais um aparato contraditório de exclusão e hostilidade.

Já tendo tomado conhecimento, por meio de sua relação com pesquisadores e arquivistas, de um longo relatório interno de Estado que descrevia episódios de omissão estatal e violências perpetradas contra povos indígenas antes e durante a ditadura militar — documento que se encontrava perdido, supostamente destruído em um incêndio cujas datas, no entanto, não coincidiam —, Marcelo Zelic se colocou a procurá-lo. O fez por caminhos inventivos, nem sempre seguindo à risca as limitações institucionais. A rebeldia do método foi crucial para a localização e disponibilização do documento, o que, por sua vez, alterou os rumos do grupo de trabalho e da inserção da pauta indígena no relatório da CNV. Ele relata:

E a sorte tem dessas coisas, mesmo um ateu como eu, que não acredita em nada, eu passei por uma situação que, de fato, espanta. Antes eu tinha passado pelo Congresso Nacional, já procurando o Relatório Figueiredo, e aí alguém me dá uma carona do PGR ao Ministério da Justiça. Na ocasião tinha uma porta aberta cheia de arquivos, eu entro nesta sala de arquivo e fico sozinho; um homem aparece e me pega lá sozinho, em um lugar em que



estava escrito que era de acesso restrito para funcionários. Eu tentei explicar para ele o que eu queria lá e ele me chama para ir para sala dele. Logo pensei, me dei mal! De repente eu entro na sala do cara e ele aponta: “é isso que o senhor está procurando?”. Esse homem tinha guardado uma cópia do resumo do Relatório Figueiredo, que era uma cópia que tinha as três primeiras páginas meio ilegíveis, mas as outras estavam claras. Mas a coincidência tinha sido tão absurda, e o desfecho dela foi que eu saí de lá com a primeira versão do Relatório Figueiredo, que era a versão final de sessenta e poucas páginas (Lima; Azola, 2017, p. 352-353).

Com a cópia em mãos, Zelic pôde voltar ao Museu do Índio e identificar o Relatório na íntegra, que estava guardado, sem catalogação,, em caixas de documentos sobre a ditadura que haviam sido enviados erroneamente pela Funai para o Museu em 2008, após uma solicitação de envio de documentos feita pelo Arquivo Nacional a ministérios e órgãos de governo. "De repente eu olho exatamente a assinatura do Jader Figueiredo na capa: ali estava o original, assinado a caneta. Falo para ela: 'esse aqui é o Relatório Figueiredo'. Então a Elena começou a trazer todas as caixas com os volumes" (Lima; Azola, 2017, p. 353), relatou Zelic, refletindo, em seguida, sobre a importância de um trabalho arquivístico informado sobre a relevância política dos acervos com os quais lida, a fim de identificar documentos que precisam ser trazidos à tona. O depoimento da funcionária Elena Guimarães, que acompanhou Zelic e lhe mostrou as tais caixas, corrobora sua versão e explicita a emoção vivenciada por aquele momento de notável relevância histórico-política:

Em mais uma visita ao arquivo, em dezembro de 2012, o pesquisador consulta o inventário e solicita vistas das caixas que contêm volumes do Processo 4.483/68, identificados como volumes do processo do Inquérito Administrativo de 1967. Ao folhear aquelas páginas, ele emociona-se, exclamando que aquela era a assinatura do Jader Figueiredo, e que estava diante do Relatório Figueiredo, que todos acreditavam ter sido perdido no incêndio dos arquivos do SPI, em 1967! Zelic pediu para retornar e fotografar algumas páginas, dizendo que aquela descoberta seria fundamental para as investigações da Comissão Nacional da Verdade. Sua emoção me contagiou. O Relatório Figueiredo voltou a ser divulgado ao público, depois de supostamente desaparecido durante mais de quarenta anos. Ainda sem ter a dimensão exata daquele evento, senti-me, como testemunha daquele momento, no dever de contar como e quando isso aconteceu, de tentar apresentar o que é exatamente este conjunto documental que foi metonimicamente batizado de Relatório Figueiredo (Guimarães, 2015, p. 16).

O documento, que, quando encontrado, teve sua veracidade questionada em espaços gerais da CNV, serviu de base fundamental para o desenvolvimento de novas pesquisas, que resultaram



no já mencionado texto 5 do segundo tomo do relatório final da CNV, publicado em 2014⁶. O texto reúne informações sobre casos de violações de direitos humanos contra dez povos indígenas e a cifra de pelo menos 8.350 indígenas assassinados, apenas nesses casos estudados. No relatório, constam também treze recomendações específicas para os povos indígenas, além das recomendações gerais desenvolvidas. A introdução do texto redigido pelo grupo dá a ver a dimensão da tarefa de continuidade, percebida a partir desse primeiro esforço de pesquisa: "O que se apresenta neste capítulo é o resultado de casos documentados, uma pequena parcela do que se perpetrrou contra os índios. Por eles, é possível apenas entrever a extensão real desses crimes, avaliar o quanto ainda não se sabe e a necessidade de se continuar as investigações" (Brasil, 2014, p. 204).

Além disso, dessa atuação resultaram desdobramentos em comissões estaduais, municipais, regionais e temáticas, a exemplo da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, com a qual Zelic colaborou e que traz, dentre as recomendações gerais, a do estabelecimento de uma Comissão Estadual Indígena da Verdade e a de uma política de regularização fundiária para titulação e demarcação de terras indígenas, quilombolas e de demais comunidades tradicionais (Anjos *et al.*, 2022).

6 DEMARCAR É REPARAR

Sob o lema "Não investigar é repetir"⁷, a atuação de Marcelo Zelic em defesa de uma política de memória e reparação para os povos se iniciou no processo da Comissão Nacional da Verdade e se tornou o eixo principal de trabalho do Armazém Memória até o período atual, com a estruturação

⁶ O Grupo de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade sobre Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou Contra Indígenas teve a participação de pesquisadores como Beto Ricardo, Cleber Buzzato, Clovis Brighenti, Daniel Pierri, Egon Heck, Egydio Schwade, Fany Ricardo, Gilberto Azanha, Ian Packer, Iara Ferraz, Inimá Simões, Isabel Harari, Laura Faerman, Levi Marques Pereira, Luis Francisco Carvalho, Luiz Henrique Eloy Amado, Manuela Carneiro da Cunha, Marcelo de Souza Romão, Marcelo Zelic, Marco Antonio Delfino de Almeida, Maria Inês Ladeira, Neimar Machado de Sousa, Orlando Calheiros, Patrícia de Mendonça Rodrigues, Porfírio Carvalho, Rafael Pacheco Marinho, Rogerio Duarte do Pateo, Spensy Pimentel, Tatiane Klein e Vincent Carelli.

⁷ A frase se encontra na página especial "Casos Esquecidos da CNV" do Armazém Memória, que avalia as dificuldades enfrentadas pelo grupo de trabalho indígena da CNV e propõe processos de continuidade. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/casos-esquecidos-da-cnv/>.



de um Centro de Referência Virtual Indígena⁸ que aglutina mais de dois milhões de páginas de documentos (Zema; Zelic, 2024), além de dossiês temáticos sobre violações contra povos específicos, como os Xetá, os Kaingáng, os Xokleng e os Avá Canoeiro.

Essa atuação se deu em articulação estreita e permanente com o movimento indígena, em suas instâncias nacionais — centralizadas na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) —, regionais e locais. Conta também com a colaboração de pesquisadores indígenas e aliados, tanto no levantamento e no processamento de documentos quanto no árduo exercício analítico das informações ali encontradas. Casos notáveis se desenvolveram a partir desses estudos iniciados na CNV e continuados na década subsequente, tendo o Armazém Memória como foco dos trabalhos, compartilhados com outras organizações de defesa de direitos humanos, organizações voltadas ao direito fundiário, órgãos de regulação da justiça e pesquisadores. Um exemplo é o relativo à terra indígena Taego ãwa. O povo isolado do médio Araguaia sofreu contato forçado, remoção e massacres durante a ditadura, e teve sua demarcação de terras, iniciada em 2012 e disputada durante anos, finalmente decidida em 2024, após pressão de diversos sujeitos políticos articulados⁹.

Em trecho publicado em dossiê temático do Armazém Memória, afirma-se que, desde a data da publicação do Relatório Final da CNV, "a não-repetição, a verdade, a justiça e a reparação, bases da justiça transicional, são oficialmente devidos pelos poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) aos povos indígenas que existem no Brasil" (Armazém Memória, 2023) — responsabilizando, assim, o Estado pela continuidade dos processos de justiça e reparação. Esse trabalho busca ser, ao mesmo tempo, um exemplo de concretização prática e uma reivindicação política pelo cumprimento das recomendações específicas sobre povos indígenas, organizadas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade. Essas recomendações partiam, inclusive, da avaliação coletiva da necessidade de continuidade e de aprofundamento da pesquisa para além dos dez povos estudados na CNV.

Para isso, aponta-se como caminho a instauração de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, como estratégia política para o levantamento de informações sobre graves violações, a

⁸ O Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória está disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>. Acesso em: 2 maio 2026.

⁹ Mais informações estão disponíveis na reportagem "Demarcação para Avá-canoeiro é reparação histórica, diz antropóloga", da Agência Brasil, publicada em 26 de março de 2024 (Boehm, 2024).



fim de pressionar por processos de reparação, incluindo a demarcação de terras. Fortalece-se um novo lema político, que passa a participar do conjunto de palavras de ordem do campo da memória e dos direitos humanos no Brasil: "demarcar é reparar". Busca-se, nesse processo, lidar com desafios metodológicos da especificidade indígena nos processos de reparação, considerando a imbricação entre dimensões individuais e coletivas, a participação na tomada de decisões e a gravidade de danos como o desaparecimento de modos de vida e idiomas (Kaingáng; Pankararu, 2023). A memória, assim, é uma ferramenta para o reconhecimento e a defesa dos povos no conflito contemporâneo por terras em um país formado por uma extrema e violenta desigualdade fundiária e desrespeito à diversidade de modos de vida.

7 CONSTRUIR O “NUNCA MAIS”

A memória é, segundo a concepção do Armazém Memória, um mecanismo radical de defesa da vida e do bem viver, por meio da denúncia e da alteração da lógica de destruição que estrutura a sociedade capitalista e seus mecanismos coloniais de repetição. Por isso, seu trabalho cotidiano é práxis da palavra de ordem tantas vezes repetidas pelos movimentos populares: "Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça".

O lema “Nunca mais”, que conecta passado, presente e futuro, tem origens na memória do Holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. Na América Latina, o lema conecta as resistências antiditatoriais e, além do próprio projeto “Brasil: Nunca Mais”, tem forte referência na experiência argentina. Em 1984 — apenas um ano após o fim da ditadura militar —, a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (Conadep) entregou ao governo democrático o relatório de mais de 50 mil páginas, intitulado “Nunca Más”, que serviu de base para o julgamento das juntas militares, ocorrido em 1985. Ainda assim, muito há por desvelar e disputar sobre as violações ocorridas naquele período, que ainda pedem para serem descobertas e reparadas. O mesmo se pode dizer do Brasil, que sequer chegou a executar um processo integral de justiça e reparação.

Neste artigo, buscamos relatar alguns momentos memoráveis da trajetória do Armazém Memória, que esteve sob a coordenação de Marcelo Zelic entre 2001 e 2023 e, a partir de então,



de Paula Capriglione. Muitos outros ainda existem por contar, uma vez que um projeto elaborado em rede não pode caber em uma história única. Ainda assim, o paradoxo do trabalho de memória é que, quanto mais é realizado, mais se aproxima de seu próprio fim. Dessa maneira, a paixão pelo trabalho se mescla ao sentimento de urgência de que ele não seja mais necessário. Essa reflexão foi organizada por Guerriero em dois trechos de impressionante sensibilidade em seus diálogos com os antropólogos forenses argentinos:

—¿Podrías imaginarte sin hacer este trabajo?

—Sí. No sé qué haría. Pero sí.

Todos dicen —dirán— lo mismo. Como si marcharan orgullosos hacia el único futuro posible: la extinción (Guerriero, 2008, n.p.).

—Si logran identificar a todos, se van a quedar sin trabajo.

—Ojalá.

Una radio vieja esparce la canción “I will survive” (Guerriero, 2008, n. p.).

Uma das fortalezas da crônica de Guerriero é o privilégio narrativo que a autora confere à coleta de detalhes do trabalho cotidiano, em um procedimento de escrita de quem "*escucha y da a escuchar*" (Gárate, 2024, p. 4). Os detalhes reorganizados pela escrita sintetizam uma ética de trabalho de memória específica, notadamente contra-hegemônica: trata-se de uma "forma de vida" (Guerriero, 2008, n.p.), que valoriza o conhecimento adquirido pela prática compartilhada e se move não pela lógica da acumulação, tampouco por temporalidades administrativas, mas prioritariamente por um sentido de urgência política de contribuir para o desvelamento de injustiças e violências da sociedade. "*Es una dignificación del muerto, pero también del vivo*" (Guerriero, 2008, n. p.), afirma uma das integrantes da equipe argentina entrevistada pela escritora.

A frustração permanente pela impossibilidade de alterar o passado apenas pode conviver com as ganas de alterar o tempo presente. "*Hay sitios así. Sitios donde todas las cosechas son tardías*", reflete Guerriero (2008, n. p.), e com tal conclusão poderia se referir a não muitas, mas também não poucas iniciativas comprometidas com os direitos humanos e as políticas de memória a partir de uma perspectiva popular. Vistas de fora, correm o risco de serem encaradas com insignificância ou indiferença (Gárate, 2024); mas, com recursos precários para participar da reação



ao memoricídio, essas iniciativas têm a seu favor a força de suas alianças e um ímpeto político irreverente, que as fazem transformar, *desde abajo*, a história de seus povos.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A.; MACHADO, I.; ZELIC, M.; APOLO, M.; BORDALO, C. (org.). **Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: relatório** Paulo Fonteles Filho. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2022. (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará, t. 3). Disponível em: https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/03/COMISSAO_VERDADE_TOMO_3_WEB.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

ARMAZÉM MEMÓRIA. Avá-Canoeiro: território e resistência. **Armazém Memória**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/ava-canoeiro/>. Acesso em: 28 maio 2026.

ARMAZÉM MEMÓRIA. **Pela memória querida de Marcelo Zelic**. São Paulo: Armazém Memória, 2023. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Memorial-Marcelo-Zelic.pdf>. Acesso em: 2 maio 2026.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história**: edição crítica. São Paulo: Alameda, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 10 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12528-18-novembro-2011-611803-norma-pl.html>. Acesso em: 10 maio 2026.

BOEHM, C. Demarcação para Avá-canoeiro é reparação histórica, diz antropóloga. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/demarcacao-para-ava-canoeiro-e-reparacao-historica-diz-antropologa>. Acesso em: 10 maio 2026.

CAPRIGLIONE, L. Como a ditadura ensinou técnicas de tortura à Guarda Rural Indígena. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 11 nov. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2012/11/1182605-como-a-ditadura-ensinou-tecnicas-de-tortura-a-guarda-rural-indigena.shtml>. Acesso em: 10 maio 2026.

CASTILHO, A. Morreu um grande: Marcelo Zelic. **Xapuri**, Formosa, 8 maio 2023. Disponível em: <https://xapuri.info/morreu-um-grande-marcelo-zelic/>. Acesso em: 9 maio 2026.

CASTRO, M. B. Usos do passado sensível no ambiente digital: o “Brasil: Nunca Mais Digital” e o projeto “eva.stories”. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 249-263, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5940/594065239008/594065239008.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2026.

DI GIOVANNI, J. R. **Cadernos de outro mundo**: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. São Paulo: Humanitas, 2015.

GÁRATE, M. De El rastro de los huesos a la huesera de Chicas muertas: diálogos, continuidades, transformaciones. **Gragoatá**, Niterói, v. 29, n. 63, e58359, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gragoata/a/CdJW9HFWJTZLVPv6XbdHMck>. Acesso em: 10 maio 2026.



GINZBURG, J. **Crítica em tempos de violência**. 2010. Tese (Livre Docência) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GUERRIERO, L. El rastro de los huesos. **Gatopardo**, Cidade do México, n. 88, abr. 2008. Disponível em: <https://gatopardo.com/reportajes/el-rastro-de-la-dictadura-argentina-en-los-huesos>. Acesso em: 10 mai. 2026.

GUIMARÃES, E. **Relatório Figueiredo**: entre tempos, narrativas e memórias. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss373.pdf>. Acesso em: 10 maio 2026.

KAINGÁNG, L. F. J.; PANKARARU, M. O Brasil é terra indígena. In: ZEMA, A. C.; MOREIRA, E.; ZELIC, M. (org.). **Demarcar é reparar**: olhar indígena sobre a justiça de transição no Brasil. São Paulo: Selo da Rua, 2023. p. 21-32. Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Demarcar-e-reparar.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

LIMA, E. C. de; AZOLA, F. A. Entrevista com Marcelo Zelic: sobre o relatório Figueiredo, os indígenas na comissão nacional da verdade e a defesa dos direitos humanos. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 347-365, 2017. DOI: 10.5433/2176-6665.2017v22n2p347. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2017v22n2p347>. Acesso em: 2 maio 2026.

PACHECO, R. **Os Xetá e suas histórias**: memória, estética, luta desde o exílio. 2018. 320 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/62014>. Acesso em: 12 maio 2026.

RAMOS, M. A. **A flecha e a farda**: legibilidade, violência e sobrevivência em 'Arara'. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-26082021-124257/>. Acesso em: 10 maio 2026.

REMTE. Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha. In: FARIA, N.; MORENO, R. (org.). **Las mujeres contra el libre comercio**: una historia de resistencia y lucha. São Paulo: Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía, 2015. p. 9-40. Disponível em: <https://www.sof.org.br/las-mujeres-contra-el-libre-comercio-una-historia-de-resistencia-y-lucha/>. Acesso em: 2 maio 2026.

RICHARD, N. **La insubordinación de los signos (cambio político, transformaciones culturales y poéticas de la crisis)**. Santiago: Cuarto Propio, 1994.

SALAZAR, G. **Dolencias históricas de la memoria ciudadana (1810-2010)**. Santiago: Editorial Universitaria, 2012.

SEROUSSI, B. Uma casa contra o tempo. In: DRUWE, A.; SEROUSSI, B. (org.). **Casa do Povo**: modos de fazer. São Paulo: Casa do Povo, 2025. p. 5-10. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/modos-de-fazer/>. Acesso em: 10 maio 2026.

TELES, E. “Se não há justiça, há escraço”. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 19 abr. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/04/19/se-nao-ha-justica-ha-escraço/>. Acesso em 10 mai. 2026.

VALENTE, R. 60 anos do golpe militar: Estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura. **A Pública**, São Paulo, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura/>. Acesso em: 10 maio 2026.

VALENTE, R. O último sonho de Marcelo Zelic. **Viomundo**, [s. l.], 9 maio 2023. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/rubens-valente-o-ultimo-sonho-de-marcelo-zelic.html>. Acesso em: 9 maio 2026.



ZELIC, H. Aprendizados da luta contra a ALCA: unidade continental para enfrentar o livre comércio. **Capire**, [s. l.], 19 nov. 2021. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/aprendizados-da-luta-contr-a-alca/>. Acesso em: 2 maio 2026.

ZELIC, M. Justiça de Transição: remodelando práticas do Estado para o Bem Viver. **Abya Yala**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 214-239, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8892805>. Acesso em: 10 maio 2026.

ZEMA, A.; ZELIC, M. Dos caminhos da memória ação: o Centro de Referência Virtual Indígena na luta por justiça histórica e reparação. In: MACEDO, M. R. de. (org.). **Povos indígenas no Brasil republicano**: por uma outra narrativa da História. Curitiba: CRV, 2024, p. 79-96.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) (CC BY) 4.0 International.

